

Edição 1

Radar da Saúde

Um balanço trimestral das iniciativas do Congresso Nacional e do Executivo Federal sobre temas estratégicos para a saúde brasileira



IEPS
Instituto de Estudos
para Políticas de Saúde

Apresentação

O Radar da Saúde é uma iniciativa do Instituto de Estudos para Políticas (IEPS), que apresenta um balanço contextualizado das principais ações do Executivo Federal e do Congresso Nacional em temas considerados estratégicos para a saúde no Brasil.

Este material tem como objetivo fornecer à sociedade civil um panorama conciso das pautas, projetos e deliberações que impactam os rumos da saúde pública brasileira, sobretudo para fortalecer o controle social e a participação da sociedade civil nas discussões sanitárias.

As informações sistematizadas neste documento incluem destaques do monitoramento político de aproximadamente duzentas palavras-chaves pré-definidas como estratégicas e indispensáveis para a nossa atuação de incidência política em prol do fortalecimento do SUS. O acompanhamento é feito por meio de sites oficiais e sistemas de informação da Câmara dos Deputados, do Senado Federal e outros órgãos relevantes. O monitoramento contínuo das políticas de saúde é realizado pela Diretoria de Relações Institucionais do IEPS em parceria com a Umane e com a consultoria política Eixo Estratégia Política.



O que acompanhamos de perto?

Legislativo Federal

No Congresso Nacional, acompanhamos a Comissão de Saúde da Câmara dos Deputados e a Comissão de Assuntos Sociais do Senado, que são as principais responsáveis pelas discussões e pela formulação de políticas relacionadas à saúde no Brasil no âmbito do Legislativo Federal. Também monitoramos a Comissão de Previdência, Assistência Social, Infância, Adolescência e Família, além de outras comissões que analisam temas relacionados à saúde pública.

Executivo Federal

O Ministério da Saúde (MS) e seus órgãos vinculados, assim como a Presidência da República, são as principais instâncias que monitoramos. Além disso, acompanhamos também outros ministérios, como o Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, o Ministério da Educação e o Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania, que possuem Secretarias e Programas em temas relacionados à saúde.

Sumário

JUNHO

Regulação dos planos de saúde, aborto, emendas parlamentares, piso da Saúde e decisão sobre cannabis no STF **05**

JULHO

Comunidades terapêuticas, Lei dos Planos de Saúde e reforma tributária **12**

AGOSTO

Saúde Mental, contingenciamento do orçamento da Saúde e acordo entre os três poderes sobre emendas parlamentares **16**

Essa publicação contém **links clicáveis** para aprofundamento 

Junho

No mês de junho, foram identificadas 42 movimentações nos Poderes Legislativo e Executivo relacionadas à saúde pública. Abaixo, destacamos um resumo das ações mais relevantes em temas específicos.

Saúde Suplementar

Regulação de planos de saúde na pauta

A Lei dos Planos de Saúde completou 26 anos em junho, acompanhada de discussões sobre mudanças na legislação. Pelo menos dois novos projetos de lei ([PL 2387/2024](#), [PL 2456/2024](#)) foram apresentados ao longo desse mês visando estabelecer regras para reajustes e casos de rescisão unilateral de contratos por parte das seguradoras.

Além disso, o [REQ 176/2024](#), apresentado na Comissão de Fiscalização Financeira e Controle pelo Dep. Aureo Ribeiro (SOLIDARIEDADE/RJ), propôs auditoria para fiscalizar a atuação da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) sobre as operadoras de planos de saúde.

O Deputado também foi um dos autores do [RCP 2/2024](#), que requer a criação de Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para investigar os planos de saúde.

PARA SABER MAIS



A reforma da Lei dos Planos de Saúde está em pauta no Congresso Nacional há quase 20 anos. Entre as propostas, está a criação de planos com cobertura limitada a alguns tipos de internações e procedimentos, dependendo da infraestrutura e da capacidade operacional local.

Um **estudo do IEPS** mostra que, embora esses planos sejam considerados por alguns atores e parlamentares como uma forma de expandir a cobertura de saúde suplementar e aliviar o SUS, se a expansão focar em serviços de baixa complexidade e custo, o efeito pode ser o de aumentar as filas de espera, gerar iniquidades, fragmentar o sistema e impactar o financiamento do SUS negativamente.

Saúde da Mulher

O aborto foi destaque no Congresso e no debate público brasileiro em junho

No dia 12 de junho, a Câmara aprovou o regime de urgência para o **PL 1.904/24**, do deputado Sóstenes Cavalcante (PL/RJ) e outros 32 parlamentares, que equipara o aborto de gestação acima de 22 semanas ao homicídio. A votação coincidiu com a sessão solene de Homenagem ao Movimento Pró-Vida do Brasil, organizada pela deputada Chris Tonietto (PL/RJ).

No dia 20 de junho, a deputada Sâmia Bomfim (PSOL/SP) apresentou três PLs para garantir o acesso ao aborto legal (**PL 2520/2024**, **PL 2521/2024** e **PL 2522/2024**).

No dia 27 de junho, o Ministério da Saúde respondeu à **Indicação n. 10/2024** da senadora Damares Alves (Republicanos /DF), que sugeriu a revisão da **Nota Técnica 2/2024-SAPS/SAES/MS** sobre a ampliação do aborto legal até o nascimento. O Ministério informou que a NT 2/2024 foi cancelada por falta de validação interna.

Orçamento

As emendas parlamentares na mira do STF e o piso da saúde

Emendas

No dia 17 de junho, o ministro Flávio Dino **determinou** uma audiência de conciliação para assegurar o cumprimento da **decisão** do Supremo Tribunal Federal (STF) que proibiu o orçamento secreto no Congresso Nacional. A audiência incluiu representantes desses Poderes, do Tribunal de Contas da União (TCU) e do PSOL, que questionaram o orçamento secreto no STF.

A medida ocorreu em meio à desconfiança pública sobre a gestão dos recursos orçamentários, às manobras do Congresso para contornar a decisão do STF e à diminuição da capacidade do Governo Federal de controlar o orçamento.

Emendas na Saúde

Estudo recente do IEPS evidenciou que as emendas parlamentares para a Saúde têm crescido sistematicamente. Entre 2016 e 2023, a participação das emendas parlamentares no orçamento federal da saúde cresceu de 1,5% para 9,2%. Esses recursos são cada vez mais destinados a despesas correntes e menos a investimentos, e reduzem a participação do Poder Executivo na alocação de recursos discricionários para a Saúde.

Piso da Saúde

No dia 11 de junho, o Ministro da Fazenda Fernando Haddad **anunciou** propostas para alterar os gastos em Saúde e Educação no orçamento de 2025, alinhando-os à regra do marco fiscal, que limita a expansão dos gastos ao crescimento real de 2,5%.

No dia 18 de junho, o deputado Dr. Frederico (PRD/MG) apresentou um **Requerimento para Audiência Pública (REQ n. 175/2024)** à Comissão de Saúde, convidando o Ministro a esclarecer o plano de revisão de despesas. No dia seguinte, o deputado Áureo Ribeiro (Solidariedade/RJ) apresentou um Requerimento de Informação (**RIC n. 1.824/2024**) à Mesa Diretora da Câmara, solicitando informações do Ministério da Fazenda sobre os impactos das mudanças nos pisos de saúde e educação, e questionando os mecanismos para direcionar a folga orçamentária para áreas prioritárias.

PARA SABER MAIS



O orçamento da Saúde cresceu apenas 2,5% no comparativo entre 2013 e 2023, o que indica um cenário de estagnação orçamentária na última década. **[Confira a Nota Técnica n.29 do IEPS](#)**

Saúde Mental

Porte de maconha em pauta no Legislativo e no Judiciário

No final de junho, o STF **decidiu** pela inconstitucionalidade do artigo 28 da **Lei 11.343/2006**, que punia o porte de maconha para uso pessoal. A decisão, liderada pelos ministros Gilmar Mendes e Alexandre de Moraes, foi um marco na abordagem legal sobre o uso pessoal de cannabis no Brasil.



Foto: Andressa Anholete/STF

Destaques da produção legislativa em junho



A menção a parlamentares e proposições legislativas específicas nesta seção não implica em julgamento de mérito ou relevância das propostas, nem sugere que a quantidade de proposições seja indicativa de impacto ou melhoria nas políticas públicas de saúde.

Câmara dos Deputados

Em junho, as propostas apresentadas na Câmara dos Deputados na temática de Saúde foram predominantemente projetos de lei, totalizando 34, seguidos por 13 requerimentos de audiência pública e outros tipos de requerimentos e indicações.

Foram aprovados 5 PLs com o objetivo de criar datas dedicadas a causas específicas da saúde. Dentre eles, a criação do Fevereiro Cinza, para a conscientização sobre o Transtorno de Ansiedade Generalizada - TAG ([PL 3414/2021](#)), a Semana da Maternidade Atípica ([PL 2859/2020](#)) e o Dia de Prevenção à Automutilação ([PL 5015/2023](#)).

Entre os projetos dedicados a instituição de políticas específicas, houve a aprovação do [PL 949/2024](#), de autoria da Deputada Flávia Morais (PDT/GO) e relatado pelo deputado Dorinaldo Malafaia (PDT/AP), que institui o **Plano Nacional de Atenção à Doença Pulmonar Obstrutiva Crônica (DPOC)**, que segue para a Comissão de Finanças e Tributação antes de ser apreciado pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania da Câmara.

Além disso, os deputados Flávia Morais (PDT/GO) e Geraldo Resende (PSDB/MS), presidente e relator, respectivamente, da Subcomissão Especial de Prevenção e Controle do Câncer (Subcâncer), solicitaram ao Ministério da Saúde informações sobre a regulamentação da Política Nacional de Prevenção e Controle do Câncer, em vigor desde dezembro de 2023, mas ainda não regulamentada.

Também propuseram audiências públicas sobre a incorporação de tecnologias para o controle do câncer pela CONITEC. A Dep. Flávia Morais apresentou requerimento para discutir a incorporação de equipamentos Point-of-Care (PoC) no SUS, enquanto o Dep. Geraldo Resende sugeriu a inclusão de autoinjutores de adrenalina no SUS.

Senado Federal

No mês de junho, o Senado aprovou o [PL 6064/2023](#) apresentado pela então Deputada Federal e atual senadora Mara Gabrilli (PSD/SP) que garante direito à indenização por dano moral e a concessão de pensão especial às pessoas com deficiência decorrente das síndromes associadas à infecção pelo Zika Vírus.

Também foram aprovados pela Comissão de Assuntos Sociais na área de Saúde projetos provenientes da Câmara e com relatoria da senadora Damares Alves, que tratam, principalmente, da instituição de dias nacionais sobre determinadas doenças, como: Dia Nacional de Conscientização sobre as Doenças Crônicas - ([PL 613/2019](#)), Outubro Rosa - ([PL 3931/2021](#)) e Dia Nacional de Conscientização sobre a Depressão Pós-parto ([PL 5133/2023](#)).

JULHO

Julho

As atividades legislativas foram reduzidas em função do recesso parlamentar anual, que aconteceu entre os dias 18 e 31 de julho.

Saúde Mental

Comunidades Terapêuticas

Em 12 de julho, o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, órgão vinculado ao Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania publicou a [Resolução nº 249/2024](#), proibindo o acolhimento de crianças e adolescentes em comunidades terapêuticas.

Na semana seguinte, o deputado Ismael (PSD/SC) apresentou o [PDL 322/2024](#) para suspender a aplicação da Resolução, e a deputada Missionária Michele Collins (PP/PE) protocolou o [PL 2953/2024](#) para alterar a Lei de Assistência Social, a fim de reconhecer as comunidades terapêuticas como entidades de cuidado e ressocialização de dependentes químicos e seus familiares.

Saúde Suplementar

A regulação dos planos de saúde continuou sendo um tema de destaque na Câmara dos Deputados. Identificamos pelo menos três novos Projetos de Lei (PLs) visando alterar a Lei dos Planos de Saúde ([Lei 9.656/1998](#)): [PL 2665/2024](#), [PL 2822/2024](#) e [PL 2852/2024](#).

Além disso, o atual cenário de cancelamentos unilaterais por parte das empresas de planos de saúde, que se intensificaram em julho, também contribuiu para que o tema voltasse a ser discutido. O presidente da Câmara, Arthur Lira, inclusive sinalizou a possível inclusão do [PL 7419/2006](#) na pauta durante o segundo semestre.

Reforma Tributária

Em julho, a Câmara dos Deputados aprovou o [Projeto de Lei Complementar 68/2024](#), que regulamenta a reforma tributária, com mudanças no texto original do Executivo, e o projeto seguiu para apreciação do Senado.

O texto atual do projeto garante alíquota zero de IBS e CBS para alimentos da cesta básica, priorizando produtos *in natura* ou minimamente processados, conforme o Guia Alimentar para a População Brasileira. A aprovação do projeto nesses termos contribui para o fortalecimento e a efetivação de políticas de promoção da alimentação saudável no país.

Destaques da produção legislativa em julho

Câmara dos Deputados

Entre os PLs apresentados em julho na área da saúde, estão a Lei de Assistência Integral à Saúde Mental ([PL 2646/2024](#)), de autoria do Deputado Marcos Tavares (PDT/RJ), e o Protocolo de Atendimento em Pronto Socorro para Vítimas de Tentativa de Suicídio ([PL 2652/2024](#)), de autoria do Deputado Fausto Pinato (Progressistas/SP).

Outros destaques incluem a regulamentação da profissão de Técnico em Reabilitação de Dependentes Químicos ([PL 3015/2024](#)), de autoria da Deputada Missionária Michele Collins (Progressistas/PE), e a prerrogativa de prescrição de medicamentos por enfermeiros ([PL 2732/2024](#)), de autoria da Deputada Ana Paula Lima (PT/SC).

Além disso, foi apresentada a alteração da Lei nº 9.656 para tratar da destinação dos ressarcimentos ao SUS ([PL 2852/2024](#)), de autoria do Deputado Daniel Soranz (PSD/RJ). Também chegou à Câmara o [PLP 72/2024](#), do Senador Veneziano Vital do Rêgo, que altera a Lei Complementar nº 141 sobre despesas de hospitais universitários federais.

Senado Federal

Em julho, foram apresentados 3 PLs voltados para a saúde pública: a Política Nacional de Saúde na Escola ([PL 2887/2024](#)) e a criação de indicadores para avaliar o SUS ([PL 2888/2024](#)), ambos da então Senadora Janaína Farias (PT/CE), e a regulamentação da cobertura assistencial em saúde suplementar ([PL 2670/2024](#)), do Senador Romário (PL/RJ).

Agosto

A produção legislativa das Comissões de Saúde da Câmara dos Deputados e de Assuntos Sociais do Senado, bem como das demais comissões acompanhadas pelo IEPS, também foi reduzida em agosto, desta vez, devido ao início das campanhas para as eleições municipais. A Câmara dos Deputados realizou esforço concentrado¹ nos dias 12, 13 e 14 de agosto, e o Senado realizou atividades durante todas as semanas de agosto.

Saúde Mental

Apesar da redução das atividades em agosto, o tema da saúde mental permaneceu em destaque no Congresso. Foram apresentados dois novos projetos de lei focados na prevenção da automutilação e do suicídio: o [PL 3033/2024](#), da Dep. Professora Goreth (PDT/AP), que cria a Política Nacional de Prevenção da Automutilação e do Suicídio, e o [PL 3386/2024](#), da Dep. Rogéria Santos (REPUBLICANOS/BA), que institui um protocolo de intervenção imediata para proteção de crianças e adolescentes em casos de tentativa de suicídio. A Dep. Rogéria Santos também solicitou informações, ao Ministério dos Direitos Humanos, sobre os recursos para essa Política.

Comunidades terapêuticas também foram tema de destaque, com o [PL 3227/2024](#), do Dep. Ismael (PSD/SC), que inclui no Estatuto da Criança e do Adolescente e no Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE) o encaminhamento de crianças e adolescentes para acolhimento em comunidades terapêuticas.

¹ Esforço concentrado é o período em que ocorrem sessões no Plenário exclusivamente para discussão e votação de matérias, sem discursos parlamentares. Pode ser convocado pelo presidente da Câmara, pelo Colégio de Líderes ou por decisão do Plenário.

Outro destaque foi o [PDL 335/2024](#), de autoria da Dep. Missionária Michele Collins (PP/PE), que propõe alterações na Resolução nº 739 do Conselho Nacional de Saúde, a fim de reconhecer as comunidades terapêuticas como parte da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS).

PARA SABER MAIS



A Frente Parlamentar Mista de Saúde Mental do Congresso Nacional divulgou recentemente a plataforma "[Raio-X das Comunidades Terapêuticas](#)", com dados sobre essas comunidades no Brasil. Apesar de parte do financiamento das vagas nessas instituições ser realizado com recursos públicos — municipais, estaduais e federais —, passados oito anos, ainda faltam dados precisos e atualizados sobre a quantidade e o perfil dessas entidades.

A análise de 288 projetos terapêuticos apoiados financeiramente pelo governo federal entre 2019 e 2022 mostrou que 14% não tinham médicos na estrutura, 28% não contavam com psicólogos e 67% não possuíam enfermeiros. Mas 95% destacaram a espiritualidade como uma forma de cura, e 37% faziam uso de laborterapia, o tratamento através do trabalho. [Acesse a plataforma](#)

Orçamento

Com foco no equilíbrio das contas públicas e no cumprimento da meta fiscal, o governo federal realizou, por meio do **Decreto n. 12.120**, de 30 de julho de 2024, um contingenciamento de R\$14 bilhões de reais para o orçamento federal de 2024. Desse montante, 31% afetou o orçamento do Ministério da Saúde (MS), uma redução de R\$4,4 bilhões de reais.

O principal alvo foi o Programa Farmácia Popular, com um corte de 1,7 bilhão. Outros cortes significativos afetaram verbas de investimento do PAC, incluindo 360 milhões para o Complexo Industrial Econômico da Saúde, 242 milhões para maternidades da Rede Cegonha e 210 milhões para ampliação de Policlínicas.

Além disso, o Programa Mais Médicos sofreu um corte de 124 milhões, a Rede Nacional de Dados em Saúde, 19 milhões, e o orçamento para Tecnologias e Sistemas de Informações em Saúde, 18 milhões.

Emendas parlamentares

Em agosto, o Ministro Flávio Dino suspendeu a execução das emendas parlamentares, com ênfase nas chamadas emendas PIX, destacando a obrigatoriedade dessas emendas, sua vinculação a programas governamentais e a necessidade de maior transparência. Apesar das críticas rápidas do Congresso, a decisão foi mantida e resultou em um acordo entre os três poderes, estabelecendo que:

- O valor das emendas crescerá conforme os recursos discricionários do orçamento;

- As emendas PIX serão obrigatórias, com identificação prévia do objeto e prestação de contas, priorizando obras inacabadas;
- As emendas individuais manterão a obrigatoriedade, com mais transparência e critérios técnicos;
- As emendas de bancada financiarão projetos estruturantes nos estados e no DF, sem individualização;
- As emendas de comissão atenderão projetos de interesse nacional ou regional, acordados entre Legislativo e Executivo.

Emendas na Saúde

Entre 2016 e 2023, os valores das emendas quadruplicaram, de R\$5,7 bilhões para R\$22,9 bilhões. A [Nota Técnica n. 35](#), do IEPS em parceria com a Umane, revela que em 2024 os recursos destinados à Atenção Básica (AB) por emendas parlamentares podem ser 71,9% maiores que os recursos discricionários do Ministério da Saúde. Para a Assistência Ambulatorial e Hospitalar (AHA), o aumento pode ser de 64%.

Desde 2016, essa tendência vem crescendo, com um ponto de virada em 2019, quando as emendas para AB e AHA passaram a superar os gastos discricionários do Ministério. De 2019 a 2023, as emendas para AB cresceram 16,9%, atingindo R\$ 9,4 bilhões, enquanto para AHA o aumento foi de 61,2%, chegando a R\$ 13,3 bilhões.

Os números mostram o aumento da influência do Congresso na alocação de recursos para áreas essenciais da saúde, enquanto o orçamento discricionário do Ministério da Saúde recua.

Destaques da produção legislativa em Agosto

Câmara dos Deputados

A Comissão de Saúde da Câmara dos Deputados, apreciou predominantemente requerimentos para realização e inclusão de convidados em audiências públicas e solicitações de informações ao Poder Executivo, totalizando 18, seguidos por 11 projetos de lei.

Dos 46 projetos apresentados na Casa, a maioria trata da inclusão de novas terapias, mas a agenda ambiental ganhou destaque com os PLs [3381/2021](#) e [3311/2024](#), que propõem tipificar queimadas como crime relacionado à saúde pública. Outros temas incluem o [PL 3280/2024](#), que sugere vouchers do SUS para atendimento médico na rede privada, e o [PL 3153/2024](#), que propõe um programa de prevenção e tratamento de doenças crônicas nas escolas.

Senado Federal

A Comissão de Assuntos Sociais aprovou o PL de autoria da Dep. Flávia Moraes (PDT/GO), que cria o “Dia Nacional do Médico Ultrassonografista” e que agora aguarda sanção da Presidência da República.

Além da aprovação do PL, foram propostas audiências públicas pela Sen. Damares, sobre "Prevenção e Combate às Doenças Cardiovasculares" e "Atendimento aos Pacientes com Lúpus pelo SUS", em conjunto com o Sen. Humberto Costa, outra audiência para discutir o projeto de lei que classifica o diabetes mellitus tipo 1 (DM1) como deficiência legal. Além disso, o Senador propôs outros dois requerimentos relacionados ao mesmo tema, focando na inclusão de novos convidados.

Radar da Saúde

Edição 1 | JUNHO-AGOSTO DE 2024

INSTITUTO DE ESTUDOS PARA POLÍTICAS DE SAÚDE

contato@ieps.org.br | imprensa@ieps.org.br

ieps.org.br

Siga nossos perfis nas redes sociais



RIO DE JANEIRO

Rua Lauro Müller 116
Sala 3704 – Botafogo

SÃO PAULO

Rua Itapeva, 286,
CJ. 82 Bela Vista

BRASÍLIA

SBS Q. 2, Lote XV -
Edifício Prime Business
Convenience | Asa Sul



IEPS
Instituto de Estudos
para Políticas de Saúde

UMANE

eixo
ESTRATÉGIA POLÍTICA